

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1469325 - SP
(2019/0075494-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : CRS BRANDS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : ERIK GUEDES NAVROCKY E OUTRO(S) - SP240117
CAIO DE FARO COLEN NUNES - SP419391
AGRAVADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PUBLICIDADE ABUSIVA DE PRODUTO INFANTIL. CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO NO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO. VÍCIO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA. PERSUASÃO RACIONAL DO MAGISTRADO. REVISÃO DO JULGADO. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Os princípios da livre admissibilidade da prova e da persuasão racional autorizam o magistrado a determinar as provas entendidas como necessárias à solução da questão controvertida, bem como o indeferimento daquelas que considerar dispensáveis ou meramente protelatórias.
2. Na espécie, o Colegiado estadual concluiu que houve cerceamento de defesa, tendo em vista que o parecer psicológico apresentado pela recorrente não foi submetido ao crivo do contraditório e ampla defesa. Destacou ainda a fragilidade do parecer apresentado pela Defensoria Pública, não assentado em elementos técnicos.
3. Nesse contexto, para alterar os entendimentos alcançados no Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal a fim de concluir pela prescindibilidade da produção da prova pericial requerida, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, em virtude do óbice do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.
4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator